

- 1- [ATA](#)
 - 1.1- [21ª Reunião Ordinária Deliberativa](#)
 - 2- [ORDENS DO DIA](#)
 - 2.1- [Comissões](#)
 - 3- [TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÃO](#)
 - 4- [PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR](#)
 - 5- [MATÉRIA ADMINISTRATIVA](#)
 - 6- [ERRATA](#)
-
-

ATA

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 11 DE ABRIL DE 1995

Presidência dos Deputados Agostinho Patrús, Maria José Haueisen e Ibrahim Jacob

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): Ata - Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 191 a 195/95 - Requerimentos de Emancipação n°s 33 a 38/95 - Requerimentos n°s 249 a 268/95 - Requerimentos da Comissão de Agropecuária e dos Deputados Dinis Pinheiro e outros, Kemil Kumaira, Raul Lima Neto, Bilac Pinto(2) e Carlos Pimenta - **Comunicações:** Comunicações dos Deputados Marcelo Gonçalves, Marco Régis, Alencar da Silveira Júnior e Sebastião Helvécio - **Oradores Inscritos:** Discursos dos Deputados Carlos Pimenta, João Leite, Alencar da Silveira Júnior, Durval Ângelo, Olinto Godinho e Irani Barbosa - **2ª PARTE (ORDEM DO DIA): 1ª Fase:** Abertura de incrições - Palavras da Sra. Presidente - Designação de comissões: Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n° 2/95 - Leitura de comunicações apresentadas - Requerimentos: Requerimentos do Deputado Bilac Pinto (2); encaminhamento à Comissão de Assuntos Municipais - Requerimentos de Emancipação n°s 33 a 38/95; deferimento - Requerimentos dos Deputados Dinis Pinheiro e outros e Carlos Pimenta; deferimento - Requerimentos dos Deputados Raul Lima Neto e Kemil Kumaira e da Comissão de Agropecuária; aprovação - **2ª Fase:** Discussão e votação de proposições: Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei n° 10/95; aprovação - **ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.**

ABERTURA

- Às 14h15min, comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Paulo Pettersen - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anivaldo Antônio - Antônio Andrade - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Carlos Murta - Carlos Pimenta - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Francisco Ramalho - Gilmar Machado - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - Jairo Ataíde - João Leite - Jorge Hannas - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Helvécio - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente (Deputado Ibrahim Jacob) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

Ata

- A Deputada Maria José Haueisen, 2ª-Secretária, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

A Sra. Presidente (Deputada Maria José Haueisen) - Não havendo correspondência a ser lida, a Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

Apresentação de Proposições

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à Mesa as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI N° 191/95

Dispõe sobre a realização de concursos públicos.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Os editais de abertura de concursos públicos deverão informar as datas de realização das respectivas provas.

Parágrafo único - Em caso de alteração, as novas datas deverão ser informadas imediatamente.

Art. 2º - Se a realização do concurso for definitivamente suspensa, a quantia eventualmente paga a título de inscrição será devolvida ao candidato com a correção aplicável.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 5 de abril de 1995.

Alencar da Silveira Júnior

Justificação: Os candidatos inscritos em concursos públicos têm sido tratados de forma desrespeitosa no que tange às informações básicas relativas às datas de realização das provas. Quando não se alteram as datas já estabelecidas, protela-se o fornecimento dessa informação, o que deixa o candidato sem condições de estabelecer seus planos de preparação.

A par disso, há ainda casos em que as provas não são realizados após longo prazo, o que, indubitavelmente, caracteriza suspensão definitiva do concurso. Os candidatos, entretanto, não são reembolsados dos valores pagos na inscrição.

Este projeto tem, pois, a finalidade de sanar essas duas dificuldades, que se apresentam aos candidatos inscritos nos concursos promovidos pela administração pública direta estadual.

O exemplo mais gritante foi o concurso para Professor Nível 1 e servente. Mais de 150 mil pessoas se inscreveram, pagaram taxa de R\$10,00, investiram em apostilas e cursinhos e agora, depois de quatro meses de espera, o concurso é suspenso, sem nenhuma previsão de retorno. As pessoas foram lesadas moral e economicamente, pois R\$10,00 podem representar pouco, mas, para uma pessoa que se inscreve para o cargo de servente, representam 30 passagens no transporte coletivo, ou 16 litros de leite.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Administração Pública para parecer, nos termos do art. 195, c/c o art. 103, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI N° 192/95

(Ex-Projeto de Lei n° 2.145/94)

Cria o Dia Estadual da Esteticista.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Dia Estadual da Esteticista, a ser comemorado no dia 20 de novembro.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 5 de abril de 1995.

Ajalmar Silva

Justificação: A profissão de esteticista é exercida no Brasil há cerca de 30 anos, encontrando-se, atualmente, em fase de reconhecimento e regulamentação, em nível federal.

Esse importante segmento profissional, que conta aproximadamente 5.000 trabalhadoras apenas em Minas Gerais, já é devidamente reconhecido como aquele que executa a higienização, a hidratação e a nutrição da pele, e não apenas como profissional da beleza.

A data proposta refere-se à criação da Associação Mineira de Estética e Cosmetologia, entidade que desde 1977 representa a categoria e luta pelos seus interesses.

Entendemos que a proposição ora encaminhada à apreciação de nossos nobres colegas merece a aprovação de todos. Contamos, pois, com o apoio desta Casa à nossa iniciativa.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde e Ação Social, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI N° 193/95

(Ex-Projeto de Lei n° 2.243/94)

Dá a denominação de Rodovia José da Costa Pereira ao trecho da Rodovia Estadual MGT-

146 localizado entre a BR-262 (Trevo do Araxá) e o Município de Serra do Salitre.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica denominado Rodovia José da Costa Pereira o trecho da Rodovia Estadual MGT-146 localizado entre a BR-262 (Trevo do Araxá) e o Município de Serra do Salitre.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 4 de abril de 1995.

Antônio Júlio

Justificação: Entre os nomes que fizeram a história da cidade de Araxá destacam-se: Vigário Domingos da Costa Pereira (fundador da cidade), Antônio da Costa Pereira, José da Costa Pereira, Joaquim da Costa Pereira, Francisco da Costa Pereira e Teófilo da Costa Pereira.

Entre os nomes que fizeram a história do Brasil destacam-se: José Fernandes da Costa Pereira, José Fernandes da Costa Pereira Júnior e José Veríssimo da Costa Pereira.

Por concessão da Coroa de Portugal, em 1785 José da Costa Pereira (Nhô da Capa Rosa) ganhou uma gleba de terra próxima ao local onde hoje se localiza o Arraial de São José da Antinha e mandou abrir uma estrada ligando a sede da fazenda à Freguesia de São Domingos, condição à qual o povoado foi elevado em 20/10/1791.

Essa estrada foi o embrião da Rodovia MGT-146, que, basicamente, ainda conserva o traçado original. Desde essa época os Costa Pereira começaram a fazer parte da história do Araxá e do Brasil (e a história passou pela estrada construída por José da Costa Pereira).

Políticos atuantes, participaram da elevação da freguesia a julgado no dia 20/12/1811, data em que a localidade contava com 6 mil habitantes. Em 19/6/1820, foi endereçado a D. João VI o "Requerimento incluso dos moradores do Julgado e Freguesia de São Domingos em que pedem a ereção do mesmo Julgado em Villa". O julgado foi elevado a vila em 13/12/1831, quando se realizou eleição para a formação da primeira Câmara Municipal, que iniciou suas atividades em 7/1/1833, tendo como um dos cinco Vereadores Joaquim da Costa Pereira.

É atribuído ao trabalho político de Joaquim da Costa Pereira a elevação da vila a cidade em 19/12/1865, através da Lei nº 1.259, votada pela Assembléia Provincial de Minas Gerais; como signatários, do movimento para a reincorporação do Sertão da Farinha Podre (Triângulo Mineiro) à Província de Minas Gerais; da Guerra do Paraguai, em 1865 (Araxá foi a cidade que mandou o maior contingente de voluntários para defender os interesses nacionais na Guerra do Paraguai. Entre eles, nove eram da família Costa Pereira); da administração do País (o Dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior, nascido em 20/1/1833 e falecido em 10/12/1889, filho do Capitão José Fernandes da Costa Pereira, formado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1856, foi Presidente (Governador) das seguintes Províncias (Estados): Espírito Santo, Ceará, Rio Grande do Sul e São Paulo. Além disso, ele fez parte de dois gabinetes ministeriais: no de 7/3/1871, ocupou a Pasta da Agricultura, e no de 10/3/1888, a do Império).

O primeiro Ministério, sob a Presidência do Visconde de Rio Branco, promulgou a lei de 23 de setembro daquele mesmo ano, que libertou os filhos de mulher escrava nascidos a partir daquela data; o segundo Ministério, sob a Presidência do Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira, aboliu a escravidão no Brasil.

A tradição política familiar chegou ao século XX através do Prof. José Veríssimo da Costa Pereira, considerado o maior geógrafo que o Brasil já teve. Ele era filho de José da Costa Pereira. Nasceu em 1º/10/1904 e faleceu em 6/8/1955. Formado em Geografia, fez doutorado na Northwestern Evanton, Illinois, E.U.A.

Além de ter sido um dos representantes do Brasil na ONU, atuou como funcionário do Conselho Nacional de Geografia, sócio efetivo da Associação dos Geógrafos Brasileiros, da qual várias vezes foi Presidente, examinador nos concursos de doutorado e catedrático da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo - USP.

Por fazer parte de uma das famílias que mais contribuiu para a história de Araxá e do Brasil, e por ser o homem que construiu a MGT-146, é que prestamos a justa homenagem ao Sr. José da Costa Pereira.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Administração Pública, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 194/95
(Ex-Projeto de Lei nº 1.884/94)

Declara de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Carmo da Cachoeira.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Carmo da Cachoeira.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 16 de março de 1995.

Aílton Vilela

Justificação: O Conselho Comunitário de Carmo da Cachoeira é entidade sem fins lucrativos, não remunera os membros de sua diretoria pelo exercício específico de suas funções, não distribui lucros, vantagens ou bonificações a dirigentes, associados ou mantenedores, destinando a totalidade das rendas apuradas ao atendimento gratuito de suas finalidades. Tem como objetivos: congregar órgãos e pessoas interessadas em melhorar as condições sócio-econômicas da comunidade; reunir recursos disponíveis, materiais humanos e assistenciais, pondo-os a disposição da comunidade para execução de programas de desenvolvimento; trabalhar pelo desenvolvimento da agricultura, pela melhoria do nível de vida e pelo bem-estar da comunidade; prestigiar, estimular e ajudar as iniciativas que beneficiam a sociedade.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde e Ação Social para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 195/95
(Ex-Projeto de Lei nº 1.979/94)

Declara de utilidade pública o Conselho Central de Itaúna da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Itaúna.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho Central de Itaúna da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Itaúna.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões, 2 de março de 1995.

Francisco Ramalho

Justificação: O Conselho Central de Itaúna da Sociedade de São Vicente de Paulo, com sede e foro em Itaúna, objetiva coordenar os trabalhos vicentinos dentro de sua área de circunscrição.

Propõe-se o Conselho estar a serviço dos conselhos particulares e das obras unidas e especiais que existirem ou vierem a existir e estimulá-las no exercício da caridade, animar e coordenar as atividades dos conselhos particulares, assegurar o diálogo e a colaboração com os poderes públicos e com quaisquer entidades privadas, examinar mapas estatísticos anuais e os relatórios das unidades vicentinas a ele vinculadas e subordinadas, incentivar a criação de novas conferências e conselhos particulares, ao lado de reanimar e amparar os que já funcionam.

Dentro desse espírito, evidencia-se o caráter de utilidade pública da entidade, objetivamente demonstrado pela documentação anexa.

Pelos elevados propósitos da instituição, esperamos dos nobres pares a aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde e Ação Social, para deliberação, nos termos do art. 195, c/c o art. 104, inciso I, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS DE EMANCIPAÇÃO DE DISTRITOS

1 - Requerimento nº 33/95, do Deputado Dinis Pinheiro, encaminhando documentação de emancipação do Distrito de Sarzedo, do Município de Ibirité.

- Documentação completa entregue em 6/4/95.

2 - Requerimento nº 34/95, do Deputado Clêuber Carneiro, encaminhando documentação de emancipação do Distrito de Morro do Horizonte, do Município de São Francisco.

- Documentação completa entregue em 6/4/95.

3 - Requerimento nº 35/95, do Deputado Bonifácio Mourão, encaminhando documentação de emancipação do Distrito de Setubinha, do Município de Malacacheta.

- Documentação completa entregue em 6/4/95.

4 - Requerimento nº 36/95, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, encaminhando documentação de emancipação do Distrito de Natalândia, do Município de Bonfinópolis de Minas.

- Documentação completa entregue em 6/4/95.

5 - Requerimento nº 37/95, do Deputado José Braga, encaminhando documentação de emancipação do Distrito de Patis, do Município de Mirabela.

- Documentação completa entregue em 7/4/95.

6 - Requerimento nº 38/95, do Deputado José Henrique, encaminhando documentação de emancipação dos Distritos de Cuparaque e Aldeia, do Município de Conselheiro Pena.

- Documentação entregue em 8/3/95:

a) certidão da Justiça Eleitoral;

b) declarações da Prefeitura Municipal: núcleo urbano e moradias; edifícios para o Governo Municipal e Órgãos de segurança; posto de saúde; escola pública de 1º grau; cemitério; telefone (juntamente com declaração da TELEMIG); correios (juntamente com declaração da EBCT); energia elétrica (juntamente com declaração da CEMIG);

abastecimento de água;

- c) ata de constituição da comissão emancipacionista;
 - d) representação;
 - e) declaração de entidade legalmente constituída;
 - f) CGC da entidade;
 - g) ata de eleição da diretoria da entidade;
 - h) descrição de limites do IGA.
- Documentação entregue em 11/4/95:
- a) inventário patrimonial (bens móveis e imóveis);
 - b) relação de servidores.

REQUERIMENTOS

Nº 249/95, do Deputado Arnaldo Canarinho, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Esportes com vistas à liberação de recursos para iluminação do campo das agremiações Terrestre E.C. e Pedra Azul E.C., do Município de Contagem.

Nº 250/95, do Deputado Arnaldo Canarinho, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Esportes com vistas à liberação de recursos para iluminação e construção de vestiários no campo da agremiação Estrela de Ouro E.C., do Município de Contagem.

Nº 251/95, do Deputado Arnaldo Canarinho, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Esportes com vistas à liberação de recursos para iluminação do campo de futebol localizado entre as Ruas Hibisco e Magnólia, do Bairro Confisco, no Município de Contagem.

Nº 252/95, do Deputado Arnaldo Canarinho, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Esportes com vistas à liberação de recursos para iluminação e reforma dos vestiários do Centro Social Urbano do Bairro Amazonas, no Município de Contagem.

Nº 253/95, do Deputado Arnaldo Canarinho, solicitando seja formulado apelo ao Secretário de Esportes com vistas à liberação de recursos para obras na Praça de Esportes Tancredo Neves, do Bairro JK, no Município de Contagem. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 254/95, do Deputado Gilmar Machado, em que pede seja solicitado ao órgão competente quadro estatístico dos acidentes ocorridos nos últimos três anos nas rodovias, federais e estaduais, localizadas no Estado. (- À Mesa da Assembléia.)

Nº 255/95, do Deputado João Batista de Oliveira, que solicita seja consignado nos anais da Casa voto de congratulações com a APAE de Curvelo pela apresentação do Hino Nacional em linguagem de sinais, na abertura do IV Congresso Mineiro de Sensibilização do Educador do Promove, realizado nesta Capital. (- À Comissão de Educação.)

Nº 256/95, do Deputado Kemil Kumaira, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e ao Secretário da Fazenda com vistas à redução das alíquotas do ICMS em Minas Gerais (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 257/95, do Deputado Kemil Kumaira, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e à Secretaria da Educação com vistas à liberação de recursos para construção de sala destinada a biblioteca na Escola Estadual Tristão da Cunha, no Município de Teófilo Otôni. (- À Comissão de Educação.)

Nº 258/95, do Deputado kemil Kumaira, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas a se incluir o Município de Bertópolis na área de abrangência da SUDENE. (- À Comissão de Agropecuária.)

Nº 259/95, do Deputado Kemil Kumaira, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado e à Secretaria da Educação com vistas à implantação de uma escola de 2º grau no Distrito de Mucuri, do Município de Teófilo Otôni. (- À Comissão de Educação.)

Nº 260/95, do Deputado Luiz Antônio Zanto, solicitando seja formulado apelo ao Presidente da COHAB com vistas a que se estenda o Programa Habitacional para População de Baixa Renda ao Município de Frutal. (- À Comissão de Saúde e Ação Social.)

Nº 261/95, do Deputado Ivair Nogueira, solicitando se consigne nos anais da Casa voto de congratulações com Renata Bessa, vencedora dos concursos Miss Contagem, Miss Minas Gerais e Miss Brasil 1995. (- À Comissão de Educação.)

Nº 262/95, do Deputado Ivair Nogueira, solicitando seja formulado apelo ao Diretor-Geral do DER-MG com vistas à criação de linha de ônibus intermunicipal ligando a Vila BEMGE, em Betim, ao Centro de Belo Horizonte. (- À Comissão de Administração Pública.)

Nº 263/95, do Deputado Olinto Godinho e outros, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado, ao Secretário de Indústria e Comércio e ao Secretário do Trabalho para que intervenham no processo de fechamento da Companhia Metalúrgica Barbará, no Município de Caeté. (- À Comissão de Política Energética.)

Nº 264/95, do Deputado Dimas Rodrigues, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas à liberação de recursos financeiros para que a UNIMONTES possa implantar curso superior de agronomia no Município de Janaúba. (- À

Comissão de Educação.)

Nº 265/95, do Deputado Álvaro Antônio, solicitando seja formulado apelo ao Secretário da Fazenda com vistas a agilizar o envio do documento de quitação de débito de ICMS ao órgão responsável do Poder Judiciário, para evitar que comerciantes em situação de inadimplência continuem a ser penhorados indevidamente. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Nº 266/95, do Deputado Carlos Pimenta, solicitando seja formulado apelo ao Presidente da CEMIG com vistas à expansão do horário de irrigação noturna com descontos especiais, isenção, para os pequenos e microprodutores, do ICMS sobre energia utilizada para irrigação e garantia do prazo de dez anos do plano de energia de baixo custo para a irrigação noturna. (- À Comissão de Agropecuária.)

Nº 267/95, do Deputado Alencar da Silveira Júnior, solicitando seja formulado apelo ao Governador do Estado com vistas a que sejam tomadas providências junto às autoridades competentes para maior fiscalização do transporte rodoviário de cargas nas estradas estaduais. (- À Comissão de Defesa Social.)

Nº 268/95, do Deputado Irani Barbosa, solicitando a inserção nos anais da Casa de charge do artista Oldack Esteves. (- À Mesa da Assembléia.)

Do Deputado Paulo Piau, solicitando se convide o Secretário de Agricultura para, em Plenário, no dia 10/5/95, fazer explanação sobre a situação e as perspectivas da agropecuária no Estado e, principalmente, na Região Norte.

Do Deputado Dinis Pinheiro e outros, solicitando a realização de reunião especial no dia 19/4/95, para homenagear o ex-Deputado José Laviola.

Do Deputado Kemil Kumaira, solicitando seja formulado apelo ao Senador Arlindo Porto com vistas à inclusão do Município de Bertópolis na área de abrangência da SUDENE.

Do Deputado Raul Lima Neto, solicitando o desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.256/94.

Do Deputado Bilac Pinto (2), solicitando seja registrada junto à Comissão de Assuntos Municipais sua manifestação de apoio à emancipação dos Distritos de São Sebastião da Estrela e Monte Verde do Município de Santo Antônio do Amparo.

Do Deputado Carlos Pimenta, solicitando seja a 1ª parte da reunião ordinária de 4/5/95 destinada a homenagear a TV Montes Claros por seu 15º aniversário e pelo lançamento de sua nova programação.

COMUNICAÇÕES

- São também encaminhadas à Mesa comunicações dos Deputados Marcelo Gonçalves, Marco Régis, Alencar da Silveira Júnior e Sebastião Helvécio.

Oradores Inscritos

- Os Deputados Carlos Pimenta, João Leite, Alencar da Silveira Júnior, Durval Ângelo, Olinto Godinho e Irani Barbosa proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª PARTE (ORDEM DO DIA)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrús) - Não havendo outros oradores inscritos, a Presidência passa à 2ª parte da reunião, com a 1ª fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres e a votação de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

Palavras da Sra. Presidente

A Sra. Presidente (Deputada Maria José Hauelsen) - A Presidência informa ao Plenário que está sendo distribuído a todos os Srs. Deputados, hoje, o avulso do Ofício nº 2/95, do Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, juntamente com as especialidades das contas daquele órgão referentes ao exercício de 1994, em cumprimento ao disposto no parágrafo único do art. 228 do Regimento Interno.

Designação de Comissões

A Sra. Presidente - A Presidência vai designar Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 2/95, do Deputado Wanderley Ávila e outros, que dá nova redação ao inciso II do art. 30 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais. Pelo PMDB: efetivos - Deputados Bonifácio Mourão, Geraldo Rezende, Antônio Andrade; suplentes - Deputados Antônio Roberto, Anderson Adauto e José Henrique; pelo PP: efetivos - Deputados Antônio Genaro e Alberto Pinto Coelho; suplentes - Deputados Glycon Terra Pinto e Gil Pereira; pelo PTB: efetivos - Deputados Ajalmar Silva e Paulo Schettino; suplentes - Deputados Miguel Barbosa e Maria Olívia; pelo PFL: efetivos - Deputados Sebastião Costa e Paulo Piau; suplentes - Deputados Leonídio Bouças e Djalma Diniz; pelo PSDB: efetivos - Deputados Arnaldo Penna e João Leite; suplentes - Deputados José Maria Barros e Aílton Vilela; pelo PT: efetivos - Deputados Durval Ângelo e Almir Cardoso; suplentes - Deputados Ivo José e Anivaldo Antônio; pelo PDT: efetivo - Deputada Elbe Brandão; suplente - Deputado Ivair Nogueira; pelo PL: efetivo - Deputado Carlos Pimenta; suplente - Deputado Olinto Godinho. Designo. À Gerência-Geral de

Apoio às Comissões.

Leitura de Comunicações Apresentadas

- A seguir, a Sra. Presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelos Deputados Alencar da Silveira Júnior - que estará ausente do País para participar de um curso de radiodifusão, no período de 12 a 30/4/95. (Ciente. Publique-se. Cópias às Lideranças e à Gerência-Geral de Apoio às Comissões.); Sebastião Helvécio, Líder do PP - substituição do PL pelo PP na Comissão Especial para Acompanhar a Implantação de Montadoras de Veículos Automotores no Estado de Minas Gerais e indicação de seu nome e do nome do Deputado Alberto Pinto Coelho como membros efetivo e suplente da referida Comissão, respectivamente (Ciente. Cópia às Lideranças. Designo. À Gerência-Geral de Apoio às Comissões.); Marcelo Gonçalves - falecimento do Sr. Divino Barbosa Soares, em Pedro Leopoldo; e Marco Régis - falecimento do Pastor Manuel Rodrigues de Souza, Pastor Maninho, nesta Capital (Ciente. Oficie-se.).

Requerimentos

- A seguir, são encaminhados à Comissão de Assuntos Municipais requerimentos do Deputado Bilac Pinto (2), em que solicita seja registrada junto a essa Comissão, sua manifestação de apoio à emancipação dos Distritos de São Sebastião da Estrela e de Monte Verde, ambos do Município de Santo Antônio do Amparo.

- Ato contínuo, são deferidos, cada um por sua vez, nos termos do art. 1º, parágrafo único, da Deliberação da Mesa nº 1.191, os Requerimentos de Emancipação nºs 33/95, do Deputado Dinis Pinheiro, referente ao Distrito de Sarzedo, Município de Ibirité; 34/95, do Deputado Clêuber Carneiro, referente ao Distrito de Morro do Horizonte, Município de São Francisco; 35/95, do Deputado Bonifácio Mourão, referente ao Distrito de Setubinha, Município de Malacacheta; 36/95, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, referente ao Distrito de Natalândia, Município de Bonfinópolis; 37/95, do Deputado José Braga, referente ao Distrito de Patis, Município de Mirabela; e 38/95, do Deputado José Henrique, referente aos Distritos de Cuparaque e de Aldeia, Município de Conselheiro Pena. (À Comissão de Assuntos Municipais.)

A Sra. Presidente - Requerimento do Deputado Dinis Pinheiro e outros, em que solicitam a realização de uma reunião especial no dia 19/4/95, destinada a homenagem especial ao ex-Deputado José Laviola. A Presidência defere o requerimento, nos termos do inciso XXI do art. 244 do Regimento Interno, torna sem efeito o requerimento de teor semelhante apresentado pelo mesmo Deputado em 14/3/95 e determina o seu arquivamento.

Requerimento do Deputado Carlos Pimenta, em que solicita que a 1ª parte da reunião ordinária do dia 4/5/95 seja destinada a homenagear a TV Montes Claros pela passagem de seu 15º aniversário e pelo lançamento de sua nova programação. A Presidência defere o requerimento, em conformidade com o inciso XXII do art. 244 do Regimento Interno.

- A seguir, são submetidos a votação e aprovados, cada um por sua vez, na forma regimental, requerimentos dos Deputados Raul Lima Neto, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei nº 2.256/94, que declara de utilidade pública o Centro Educacional de Antônio Pereira, com sede no Município de Ouro Preto; Kemil Kumaira, em que pleiteia seja feita intercessão junto ao Senador Arlindo Porto com vistas a incluir o Município de Bertópolis na área de abrangência da SUDENE; e da Comissão de Agropecuária, em que se solicita seja formulado convite ao Secretário de Agricultura para que, no dia 10/5/95, ele faça, em Plenário, explanação sobre a situação e as perspectivas da agropecuária no Estado de Minas Gerais e, especialmente, na região Norte do Estado. (Cumpra-se.)

2ª Fase

A Sra. Presidente - Esgotada a matéria destinada a esta fase, a Presidência passa à 2ª parte da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Discussão e Votação de Proposições

A Sra. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 10/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, que estabelece normas para aquisição de cadernos escolares pela rede pública de ensino. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina por sua aprovação. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Educação.

ENCERRAMENTO

A Sra. Presidente - Esgotada a matéria da pauta e não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, a Presidência encerra a reunião e convoca os Deputados para a ordinária deliberativa de amanhã, dia 12, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada pela Sra. Presidente é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/4/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 63/95, do Deputado Ibrahim Jacob; 22/95, do Deputado Ivo José; 30/95, do Deputado João Batista de Oliveira; 69/95, do Deputado José Bonifácio; 33/95, do Deputado Marcos Helênio; 8 e 14/95, da Deputada Maria José Haueisen; 19/95, do Deputado Raul Lima Neto; 21 e 27/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 100 e 107/95, do Deputado Bonifácio Mourão; 97/95, da Deputada Elbe Brandão; 98/95, do Deputado Ermano Batista; 90 e 91/95, do Deputado Francisco Ramalho; 122/95, do Deputado Glycon Terra Pinto; 88/95, do Deputado Ivo José; 106/95, da Deputada Maria José Haueisen; 99, 125 e 126/95, da Deputada Maria Olívia; 105/95, do Deputado Paulo Pettersen; 89 e 109/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos; 101, 102 e 121/95, do Deputado Sebastião Helvécio; 60 e 115/95, do Deputado Wanderley Ávila.

ORDEM DO DIA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA PROCEDER A ESTUDOS QUE PERMITAM A AVALIAÇÃO DA REAL EXTENSÃO DO PROBLEMA DA VIOLÊNCIA PERPETRADA CONTRA A MULHER, EM TODO O ESTADO DE MINAS GERAIS, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 18/4/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir a Sra. Neuzinha Santos, Vereadora à Câmara Municipal de Belo Horizonte.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÃO

PARECER SOBRE O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO DO DISTRITO DE CÓRREGO FUNDO DO MUNICÍPIO DE FORMIGA - REQUERIMENTO Nº 1/95

Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Relatório

O processo de emancipação do Distrito de Córrego Fundo, recebido mediante requerimento do Deputado Dílzon Melo, vem a esta Comissão para receber parecer, nos termos do art. 103, III, "b", do Regimento Interno, e do inciso III do art. 7º da Lei Complementar nº 37, de 18/1/95.

Fundamentação

Por disposição legal, compete a esta Comissão a análise dos processos de emancipação de distritos.

O processo ora analisado foi apresentado tempestivamente, atendendo, portanto, ao prazo determinado no art. 1º da Lei Complementar nº 37, de 1995.

Encontra-se anexada ao processo a ata de constituição da Comissão Emancipacionista, registrada em cartório de títulos e documentos.

A representação vem assinada por 420 eleitores, superando o número exigido de 7% do eleitorado do distrito na última eleição realizada no município, e a entidade que se responsabilizou pela idoneidade das assinaturas encontra-se legalmente constituída, tendo apresentado a ata da eleição de sua diretoria devidamente registrada em cartório.

Certidão da justiça eleitoral, a fls. 30, comprova a existência de 3.063 eleitores na

área emancipanda; da mesma forma, certidão da Prefeitura Municipal de Formiga atesta a existência de 996 moradias no Distrito de Córrego Fundo, superando, portanto, o número exigido de 400 moradias.

Constam, ainda, do processo as certidões que atestam a existência de posto de saúde, cemitério, escola pública de 1º grau completo e a presença de serviços de telefonia, correios, energia elétrica e abastecimento de água.

Verificamos, igualmente, estar anexado ao processo o mapa com a descrição de limites, elaborado pelo Instituto de Geociências Aplicadas - IGA -, além do inventário patrimonial dos bens móveis e imóveis municipais localizados na área emancipanda e a relação discriminada dos servidores municipais lotados na referida área.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela apresentação de requerimento nos seguintes termos.

REQUERIMENTO N° ...

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

A Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização requer a V. Exa., na forma regimental, e em observância ao disposto no inciso III do art. 7º da Lei Complementar nº 37, de 18/1/95, seja enviado ofício ao Tribunal Regional Eleitoral solicitando a realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Córrego Fundo quanto à sua emancipação do Município de Formiga, passando a constituir o Município de Córrego Fundo, com sede na localidade de Córrego Fundo de Cima.

Sala das Comissões, 5 de abril de 1994.

José Henrique, Presidente - Sebastião Costa, relator - Dílzon Melo - João Batista de Oliveira - Ivair Nogueira - Dimas Rodrigues.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 6/4/95

O Deputado Glycon Terra Pinto - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. ouvintes, na primeira quinzena deste ano, o Executivo Municipal fez publicar uma minuta dos projetos de lei do plano diretor e do parcelamento, uso e ocupação do solo de Belo Horizonte. Todos os Vereadores da Capital receberam um exemplar dessa minuta. Mesmo numa primeira análise rápida e superficial dos documentos, os Vereadores evangélicos notaram o uso de termos de conotação negativa e mesmo discriminatória, especialmente quando aplicados a igrejas e templos sagrados.

Verificando que havia nos textos, além da terminologia imprópria, algumas exigências descabidas em relação às igrejas, e sabedores de que essas entidades sem fins lucrativos desenvolvem atividades de relevante interesse social, os Vereadores se dispuseram a procurar o Prefeito e o Vice-Prefeito de Belo Horizonte, para falar-lhes de suas preocupações. Na oportunidade, apontaram os quesitos que lhes pareciam contrários às atividades sociais desenvolvidas pelas igrejas, em especial as evangélicas.

Percebendo a pertinência das observações e demonstrando sensibilidade política, os líderes do Executivo Municipal determinaram a imediata inclusão de dois representantes evangélicos no Conselho Municipal de Política Urbana.

Como resultado, uma reunião para pastores, líderes e Vereadores evangélicos foi logo agendada. Os órgãos internos de comunicação das igrejas divulgaram a data e o local do encontro que, por sua importância, recebeu cobertura expressiva de alguns dos importantes veículos de comunicação da Capital.

A maioria esmagadora das Igrejas de Belo Horizonte se fez representar. Também estiveram presentes os Vereadores e alguns Deputados evangélicos. Presidida pelo ilustre Vereador João Paulo, Presidente da Câmara Municipal, a reunião transcorreu na mais perfeita ordem, com oportunidade para que todos os presentes fizessem uso da palavra. Em primeiro lugar, foi solicitado que cada Vereador expusesse sua posição em relação à minuta dos projetos de lei propostos. As exposições foram curtas - apenas cinco minutos para cada uma - mas trouxeram informações completas. Após essa parte, a palavra foi franqueada aos presentes. Um número expressivo dos participantes se apresentou, identificando sua igreja de origem e expressando suas posições, sem restrições de tempo.

Após esse amplo espaço para exposições, considerações, comentários, pareceres e debates, foi eleita, por voto direto e declarado, a Comissão Evangélica, composta de

pastores, Vereadores líderes e técnicos crentes presidida pelos dois representantes evangélicos participantes do Conselho Municipal de Política Urbana e seus respectivos suplentes.

Encarregada de organizar o Fórum Permanente dos Evangélicos para Apreciação, Estudo e Discussão da Minuta dos Projetos de Lei do Plano Diretor e do Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Belo Horizonte, a Comissão não perdeu tempo. Divididos em grupos de trabalho e em reunião quase permanente, os pastores, técnicos e Vereadores crentes representantes dos evangélicos estudaram a fundo a minuta dos projetos de lei em questão.

Como fruto desse exaustivo trabalho, hoje, às 10 horas da manhã, entregamos ao Prefeito de Belo Horizonte as propostas de emendas contidas nesse documento, visando tornar o plano diretor de Belo Horizonte, bem como a lei de uso, ocupação e parcelamento do solo belo-horizontino mais justos.

E visando, ainda, assegurar a todos o pleno direito à propriedade, a utilização do bem e dos serviços públicos, assim como o exercício da cidadania, agora trago este documento à apreciação dos Senhores Deputados, esperando sensibilizá-los para questões tão importantes relativas ao futuro da Capital de nosso Estado, que seguramente terão repercussão em todos os municípios mineiros.

Nesta oportunidade, passo às mãos do Excelentíssimo Senhor Presidente desta Casa este exemplar das propostas de emendas ao plano diretor, requerendo que seu conteúdo seja transcrito para a ata dos trabalhos desta seção, a fim de garantir a todos deste plenário e ao povo em geral o amplo conhecimento daquilo que a comunidade evangélica deseja ver alterado nos projetos que o Prefeito da Capital propõe.

Senhores, agradeço muito sua atenção. Permitam-me esclarecer que hoje, pela manhã, estivemos conversando com o Prefeito e tivemos uma acolhida muito boa e hospitaleira, uma conversa franca e saudável, com respeito de ambas as partes. Tudo indica que a coisa está muito bem encaminhada. Muito obrigado.

O Deputado Ronaldo Vasconcellos* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas das galerias, assessoria da imprensa, ocupamos esta tribuna para fazer justiça a um jornal denominado "Meio Ambiente em Jornal", que, em seu nº 37, do mês de fevereiro deste ano, completa três anos de existência. Queríamos saudar o jornalista Mário Viegas, companheiro antigo de lutas ambientais, que é o Diretor e editor responsável por esse jornal, que completa o seu terceiro aniversário. Gostaria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de ler rapidamente o editorial contido no nº 37, que tem o título "Três Anos de Meio Ambiente", cujo teor é o seguinte. (-Lê:)

"Completando três anos de existência, o "Meio Ambiente em Jornal" está hoje, seguramente, solidificado no meio editorial mineiro como um dos mais importantes veículos de comunicação, voltado exclusivamente para a questão ecológica.

No editorial do nosso primeiro número, assumimos como um de nossos objetivos principais o compromisso de não assistirmos de braços cruzados a destruição de nosso próprio futuro, não aceitarmos passivamente que alguns energúmenos ambientais arruinassem um patrimônio que é de todos e por todos precisa estar protegido. Ao longo dos últimos três anos, nos mantivemos fiéis a esse objetivo e a duras penas, mas, com muita galhardia, enfrentamos os mais diversos e poderosos inimigos da natureza. Inimigos fizemos vários, mas temos consciência de que recrutamos a nosso favor uma imensa maioria, que hoje caminha, de maneira firme e decidida, em busca de um futuro melhor para o planeta e para os nossos descendentes.

Continuaremos nossa luta em busca da conscientização da juventude, de nossas crianças e adolescentes para o significado que a natureza tem em nossas vidas, em nosso dia-a-dia. E se antes, no nosso início, essa luta se configurava como um sonho envolto em nebulosidades, hoje, após esses primeiros três anos que seguramente se multiplicarão em muitos outros, a nossa luta já deixou de ser um sonho. As nebulosidades já se dissiparam e o sonho já criou raízes, brotando como uma realidade que não tem mais jeito de ser ceifada. A questão ecológica, agora, é parte permanente da vida de todos os nossos leitores.

Mas a luta nesses três anos foi dura e, indubitavelmente, continuará sendo por mais um bom tempo. Portanto, cabe aqui lembrar, como no nosso primeiro editorial, que a Constituição brasileira assegura que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Continuaremos cobrando.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a existência de qualquer veículo de comunicação, principalmente de um jornal impresso, tem todas as suas dificuldades e todas as características que lhe são inerentes. Essas características se acentuam ainda mais, essas dificuldades se pontificam quando esse jornal trilha por um único caminho, que é o do trato da questão ecológica.

Como ambientalista antigo que sou, desde 1983, quando iniciei minha vida política como Vereador à Câmara Municipal de Belo Horizonte, gostaria de prestar esta homenagem, a homenagem deste Deputado, mas que pode transformar-se em homenagem da

Comissão de Meio Ambiente da nossa Assembléia Legislativa. Gostaríamos de elogiar a existência, a permanência em circulação do "Meio Ambiente em Jornal", dirigido pelo ambientalista e jornalista Mário Viegas, que também é o atual Presidente da Sociedade Ornitológica Mineira, entidade antiga na luta pela preservação da natureza e que congrega milhares de associados, já tendo prestado bons serviços a Minas Gerais e ao Brasil.

Ocupo esta tribuna, como ambientalista, para prestar esta homenagem a um órgão de comunicação social que consegue sobreviver, como diz em seu editorial, com galhardia e independência, informando aos nossos parlamentares, aos nossos Prefeitos, às escolas, aos ambientalistas, às professoras as novidades que acontecem na questão ambiental, tanto em nível de mundo, de planeta, como em nível de Brasil, de Minas Gerais, de Belo Horizonte. A permanência de três anos em circulação ininterruptos de um jornal nos faz ter essa determinação de homenageá-lo, publicamente, aqui da tribuna desta Assembléia.

Gostaria que os companheiros Deputados que tivessem interesse em receber esse veículo de comunicação social, para levar às suas bases conhecimento da questão ambiental, a fim de que façam os seus pedidos. Tenho certeza absoluta de que o Diretor desse jornal terá uma grande satisfação de fazer chegar a cada Deputado um exemplar, para que cada um divulgue não o jornal, mas suas idéias e suas notícias.

Fica aqui patenteada nossa vontade de trazer ao conhecimento desta Casa a existência do "Meio Ambiente em Jornal" e prestar uma homenagem ao jornalista Mário Viegas pelos três anos de constantes informações ecológicas, sempre se colocando à disposição da Comissão de Meio Ambiente desta Assembléia, participando, inclusive, da discussão sobre a criação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Aqueles que militam na questão ambiental sabem da luta, da persistência e da perseverança do jornalista Mário Viegas, a quem prestamos nossa justa homenagem. Que continue essa luta, presidindo a Sociedade Ornitológica Mineira e editando esse jornal, que traz em todos os seus números leis ambientais para o conhecimento da sociedade mineira, orientações para professoras primárias e secundárias, a fim de que possam transmiti-las aos seus alunos.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Schettino - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, pessoas que nos assistem, venho ocupar esta tribuna com muito pesar e tristeza. Comunico à Casa um fato que é, lamentavelmente, comum na vida dos policiais: morrer no cumprimento do dever.

Os policiais civis, militares ou federais são cidadãos que têm hora para sair de casa, mas jamais sabem se vão voltar, porque sempre estão correndo os riscos próprios de sua atividade.

Hoje, na cidade de Visconde do Rio Branco, uma equipe de policiais da Divisão de Tóxicos de Belo Horizonte cumpriu seu dever, enfrentando uma quadrilha de traficantes de drogas. Nesse episódio, morreu o detetive Willian Silva Nunes, rapaz jovem, de menos de 28 anos.

Venho trazer esse fato ao conhecimento dos meus pares porque fala-se muito, hoje em dia, em reforma da Previdência e ampliação do tempo de serviço para aposentadoria, mas, se existe uma classe que merece aposentadoria especial, essa classe é a policial. Como disse, o policial tem hora para sair de casa, mas não tem hora para voltar. O funcionário público tem seu horário preestabelecido para trabalhar. O policial, não.

Tivemos notícia desse fato há poucos minutos e vamos formalizar uma solicitação para enviar condolências à família desse bravo servidor público que tombou em defesa da sociedade. Muito obrigado.

O Deputado Ivo José - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, dois meses depois do primeiro atentado à bomba nas dependências do Cine Nazaré-Liberdade, seguido por quatro outros e inúmeras ameaças, nenhuma resposta foi dada à sociedade. Ao contrário, houve apenas uma tentativa frustrada de incriminar um diretor da Central Única dos Trabalhadores.

Frustrada porque se desmonta peça por peça. E exatamente ontem, caiu a última peça dessa engrenagem falsa, concebida por aqueles que não suportam o regime democrático.

Nada foi encontrado nas roupas e nos sapatos que incriminasse o diretor da CUT, Austen Hermendani Mudado, cuja execração pública foi irreparável, principalmente pela Polícia Civil do Estado.

A Central Única dos Trabalhadores, textualmente acusada de se contrapor às reformas constitucionais soltando bombas em entidades da sociedade civil, também foi execrada publicamente.

A pergunta nossa, da Bancada do PT e de vários outros Deputados, pautados pela conduta ética, é única: será que o Governo, ao reparar o erro, terá a mesma agilidade que teve ao acusar cidadãos inocentes?

Infelizmente, para toda a sociedade, ainda se escondem sob o manto da impunidade os verdadeiros autores dos atentados à bomba no Cine Nazaré, na residência do Coronel

reformado da Polícia Militar, Felisberto Egg, no Sindicato dos Jornalistas, em frente ao jornal Estado de Minas e na Ordem dos Advogados do Brasil.

A Polícia Civil continua colhendo novos depoimentos, mas já não fala em suspeitos, e sim em envolvidos. As investigações caminham em ritmo lento, apostando talvez na falta de memória da população.

Calaram-se todos. Ninguém mais fala dos suspeitos. Mas permanece a intranquilidade em Minas Gerais, criando-se um clima que favorece até mesmo os oportunistas.

Mas se enganam as pessoas que pensam que ainda vivemos em regime de privilégios. Estamos e continuaremos atentos às investigações e vamos cobrar resultados. Queremos mais do que nunca conhecer os autores dos atentados. E mais do que isto, queremos vê-los punidos pela prática hedionda do terrorismo.

Também queremos que os enfáticos acusadores da CUT, oportunistas que querem confundir a opinião pública, se retratem na forma prevista na lei. Abominamos a estratégia adotada pela Polícia Civil de Minas em que vítimas tornam-se criminosos.

Não queremos reeditar o período negro de nossa história, quando a farda denotava mais autoridade do que o direito.

Hoje existem as leis, que ajudamos a elaborar, e queremos vê-las cumpridas por todos, policiais e cidadãos, sem privilégios. Somente desta forma, construiremos o Estado de Direito exigido pela sociedade. Mas com responsabilidade, o que faltou à Polícia Civil ao acusar precipitadamente um inocente.

O policial é um servidor público, condicionado às leis e às normas da sociedade. O distintivo não lhe dá o direito à ilegalidade. Ao contrário, aumenta a sua responsabilidade diante da Constituição e de todos os cidadãos.

Se hoje são ou não são preparados, é problema do Executivo. Mas a sociedade não pode ser penalizada, nem as suas instituições, principalmente aquelas que conquistaram o direito democrático de se organizar e de emitir as suas próprias opiniões.

A democracia foi a principal vítima das bombas atiradas em Minas Gerais e é ela que, hoje, deve ser resgatada, sob pena de se fortalecer em grupos indesejados e autoritários, que usam a violência para fazer valer as suas reivindicações.

A CUT, o PT e outros partidos comprometidos com a população pobre e trabalhadora continuarão lutando contra as mazelas do Governo Fernando Henrique. Continuarão indo às ruas para manifestar seu repúdio às reformas antipopulares da Previdência Social, contra o fim dos monopólios das telecomunicações e do petróleo, contra todo o tipo de reformas que colocam o País sob o jugo das nações do Primeiro Mundo e escravizam ainda mais os trabalhadores brasileiros.

Somos e seremos contra a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, pelo que ela representa para o nosso Estado e para a economia brasileira como setor estratégico. Estaremos vigilantes às mudanças onerosas ao nosso povo e que tendem a privilegiar monopólios nacionais e internacionais.

Manteremos, no entanto, a tradição democrática e de organização popular. A eficácia do nosso método de luta, que muito irrita as autoridades, é o da consciência crítica. É o do conhecimento. As bombas foram utilizadas pelos grupos autoritários, a maioria deles entrincheirados nos órgãos de repressão política e militar, sendo pagos pelo erário público para conspirar contra a população.

Não admitiremos que essa história se repita. E esperamos que o Governo Eduardo Azeredo não sirva de guarida para a reedição do terrorismo político. Esperamos que o Secretário de Segurança Pública, Santos Moreira, que, reconhecemos, tem se empenhado para desmontar esquemas de corrupção na Polícia mineira, tenha também a autoridade, que lhe concede o cargo que hoje ocupa, para chegar até o fim nas investigações, entregando à justiça os culpados.

E também, aguardamos do Governo um pronunciamento público, isentando de culpa o companheiro Austen Hermendani Mudado, erroneamente acusado por policiais civis da autoria do atentado à bomba na Ordem dos Advogados do Brasil.

Nós, que já sabíamos de sua inocência, estamos aguardando do Governo as providências para reparar o erro. E esta Assembléia, que se pauta pelo cumprimento das leis, deve ser a primeira a cobrar a retratação, sob pena de colocar em dúvida o seu compromisso e o compromisso do Governo Azeredo com a democracia.

Que cessem as bombas em Belo Horizonte. Que cessem os atos de terrorismo no País. Que se apague no País a marca da impunidade.

A Assembléia, o PT, a CUT, os cidadãos, a sociedade, todos nós esperamos do Governo uma prova de que não compactua com a impunidade e coloque na cadeia os verdadeiros culpados pelos atos de insanidade ocorridos em Belo Horizonte. O que está em jogo é a consciência do cidadão que, apesar dos descompassos, quer acreditar neste País e em suas instituições. A palavra agora é do Governo. Muito obrigado.

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente, Srs. Deputados e senhores das galerias, ontem nós lemos nos jornais notícias que nos deixaram satisfeitas. O militante da CUT, Austen Mudado, que injustamente foi detido e interrogado, passando por um vexame muito grande diante de todo o Estado e de toda a Nação, não é mais suspeito dos atentados a bomba que têm acontecido em Belo Horizonte.

Entendemos perfeitamente que é possível um erro, que todo mundo pode se enganar, mas o que lamentamos é que esse rapaz, pelo fato de ser da CUT - e sobre isso não temos a menor dúvida -, serviu de bode expiatório para a polícia que não conseguia encontrar o responsável pelas bombas. Apesar de haver sido inocentado pelo exame técnico realizado pela Polícia Federal, jamais serão apagados todo o mal que ele sofreu e todo o vexame por que passou. Muitas vezes, ele será lembrado como o rapaz que pode ter colocado a bomba no banheiro da OAB.

Gostaria que a Secretaria da Segurança Pública de Minas Gerais se manifestasse, declarando a inocência do rapaz, e que os meios de comunicação - que amplamente divulgaram o fato, estampando o retrato de Austen Mudado em primeira página - divulgassem, agora, para diminuir o constrangimento desse rapaz, a notícia de que ele está fora de suspeita.

Entretanto, vimos que aqueles que estão tentando ameaçar o poder - ou conseguir sabe-se lá o quê - não pararam ainda, uma vez que outra bomba explodiu.

Sr. Presidente, gostaríamos de abordar outro assunto, aqui, desta tribuna. Durante a campanha eleitoral para Governador do Estado, quando da disputa em segundo turno, o candidato Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, não veio a Belo Horizonte, não veio a Minas Gerais, a fim de fazer a campanha para o então candidato, também do PSDB, Eduardo Azeredo. Fernando Henrique ficou em cima do muro, porque tinha o apoio dos dois candidatos ao Governo de Minas.

Entretanto, o que nos causa estranheza é o trabalho que o Sr. Fernando Henrique está desenvolvendo: enquanto Eduardo Azeredo, Governador de Minas, está na Alemanha buscando trazer para o nosso Estado a Volkswagen Motores, o Presidente da República propõe que essa fábrica seja instalada no Rio de Janeiro.

Vejam a notícia que traz o jornal "O Estado de São Paulo": "O Presidente Fernando Henrique Cardoso sugeriu à Volkswagen que instale no Rio sua nova fábrica de caminhões, que exigirá investimentos de US\$2.000.000.000,00. O Vice-Presidente da empresa, Miguel Jorge, disse que a decisão ainda não está tomada. 'O Presidente acha que seria aconselhável descentralizar as nossas atividades'. A Volks tem todo o seu parque industrial em São Paulo."

Estamos de acordo com essa frase que está aqui e com esse pensamento do Presidente: "seria aconselhável descentralizar as nossas atividades". Ora, meus senhores, os Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo já são centros industriais, possibilitando empregos, concentração de renda, e possuindo grande número de habitantes, que estão tornando aquelas cidades cada vez mais problemáticas. Portanto, é preciso descentralizar as atividades. E por que não descentralizar essas atividades, trazendo essa fábrica para Minas Gerais, um Estado que está praticamente marginalizado? Esse negócio de que Minas trabalha em silêncio está virando piada. Minas trabalha em silêncio, Minas está em silêncio, está tudo mais ou menos parado. Entretanto, a possibilidade que temos de um desenvolvimento industrial aqui, não está contando com o apoio do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Gostaríamos de apelar, sobretudo, para aqueles que foram aliados, que apoiaram Eduardo Azeredo e trabalharam para elegê-lo, a fim de que tentassem um acordo entre o Governo Federal e o Governo Estadual, para que não continuemos sendo prejudicados. Estão fatiando o bolo e distribuindo as benesses, favorecendo, aqui e ali, e se esquecendo de nós. Era o que tinha a dizer.

O Deputado Almir Cardoso - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Maria José Hauelsen, senhoras e senhores presentes, estamos aqui, hoje, para comentar um assunto relacionado com o clima de terror e falta de segurança que estamos vivendo no nosso Estado e, em particular, em Belo Horizonte.

Apesar de a imprensa não ter noticiado, não ter dado cobertura, ontem, por volta das 16 horas, no Centro de Processamento de Dados do Banco do Brasil, em Contagem, foi dado um alarme, com a denúncia da existência de uma bomba no prédio. O prédio foi todo esvaziado, com todos os transtornos que isso pode causar, interrompendo todos os sistemas de processamento daquele Centro. Não se conseguiu, mesmo com uma extensa averiguação, detectar realmente uma bomba.

Aproveitamos o momento para cobrar do Sr. Secretário da Segurança Pública que consiga realmente dar uma resposta, porque a população de Minas Gerais está apreensiva, deseja e necessita que se apure, que chegue ao fim este estágio de insegurança e de terror que estamos presenciando hoje no nosso Estado.

Queria comentar também o assalto à agência do Banco do Brasil em Congonhas, ocorrido ontem. É o segundo assalto num período de 40 dias, em nosso Estado. Quero lembrar aqui que o movimento sindical, há anos e anos, vem lutando e exigindo que sejam colocadas portas de segurança. Quando o movimento sindical leva essa reivindicação para as suas negociações, tentando alcançar mais essa conquista, o que se está levando em conta é a segurança e a vida dos funcionários. À medida que a crise social se agrava, os atos de banditismo se acentuam, e os Bancos são um alvo muito visado.

Fica, aqui, mais este apelo, para que as instituições bancárias discutam com mais seriedade a questão das portas de segurança nas agências. Muito obrigado, Sr.

Presidente.

O Deputado Gilmar Machado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, presentes às galerias, faremos um pronunciamento sobre a situação do Governo Federal e sobre os 100 dias do Governo Eduardo Azeredo. A situação política do Governo Fernando Henrique Cardoso vem se mostrando cada vez mais complicada. O Real, em sua concepção inicial, parece ter acabado. As tão propaladas reformas neoliberais da Constituição encontram resistências no Congresso Nacional e causam espanto na sociedade brasileira. O PT, em reunião de seu diretório nacional, realizada nos dias 1º e 2 de abril, analisou a reforma e preparou algumas propostas concretas.

Está claro para todos que a crise do México abalou as estruturas do neoliberalismo. Aquela idéia de dolarizar a economia, atrair capital especulativo e priorizar as importações em detrimento das exportações foi por água abaixo. Os neoliberais constataam, mesmo que tardiamente, que o capital especulativo é volúvel e incapaz de cobrir o déficit na balança comercial, provocado pela farra das importações.

Não dá para confiar na captação de recursos pela simples atração de capital especulativo e pela privatização das estatais. Para privatizar, o Governo desvaloriza as estatais e faz empréstimos através de Bancos públicos aos interessados, mas o pagamento das estatais só é efetuado a médio e longo prazos. Com isso, o Governo não faz caixa imediato para equilibrar as suas contas. E como a âncora cambial já se mostrou uma muleta muito frágil, o Governo Fernando Henrique Cardoso vem perdendo reservas cambiais, tendo agora que arrochar o crédito e restringir importações, com a ameaça de volta da inflação e da recessão.

Por essas razões, no que diz respeito à ordem econômica, o PT se mantém contra a flexibilização dos monopólios e chama o Governo a uma profunda reviravolta nos fundamentos do Real, desistindo da âncora cambial e priorizando a reforma tributária. Ao defender a manutenção dos monopólios, não queremos as estatais funcionando da forma como estão hoje. Nosso partido propõe mudanças nas administrações das estatais, através da proposição de emenda que dará autonomia administrativa e financeira a essas empresas.

O que estamos propondo é a criação da gestão democrática nas estatais, com a eleição de seus dirigentes. O Governo nomeia o Presidente, mas os demais cargos deverão ser escolhidos por votação nas empresas, com a participação dos trabalhadores e dos acionistas minoritários nos conselhos decisórios. Além disso, defendemos que haja um controle social das estatais, com a indicação de representantes da sociedade para fiscalizar o funcionamento das empresas. Assim, aprofundamos o caráter público das estatais.

Na questão da definição de empresa brasileira e empresa estrangeira, nossa proposta é manter a diferenciação, mas tornando os "benefícios especiais" das empresas brasileiras temporários, ou seja, elas deverão passar por avaliações periódicas.

Dessas informações iniciais podemos tirar uma conclusão: o País não precisa de uma reforma constitucional em moldes neoliberais para estabilizar a economia e retomar o desenvolvimento, mas sim de uma reforma tributária. Hoje, no Brasil, 70% dos impostos recolhidos são indiretos: aqueles impostos que estão embutidos em produtos e serviços. Esse quadro precisa ser revertido, porque esse tipo de imposto é regressivo, ou seja, pagam o mesmo valor o trabalhador que ganha salário mínimo e aquele que tem uma fortuna. Por outro lado, a arrecadação fiscal e tributária no Brasil é de apenas 25% do PIB, quando nos países desenvolvidos esse índice varia de 35% a 50%. O PT propõe:

- 1- Regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas, incidindo sobre a pessoa física e o patrimônio líquido (lucro) das empresas;
- 2- Fim do sigilo bancário e fiscal de pessoas físicas e jurídicas;
- 3- Combate à sonegação, com aparelhamento e ampla informatização da Receita Federal;
- 4- Redução da carga tributária sobre pequenas e médias empresas, com a diminuição do número de impostos;
- 5- Rejeição à proposta do Governo que só faz juntar o ICMS, o IPI e o ISS na criação do IVA, com conseqüentes problemas de redistribuição de recursos para Estados e municípios;
- 6- Passar o recolhimento do Imposto Territorial Rural - ITR - para a responsabilidade dos municípios. Hoje, esse imposto é recolhido pela União e não corresponde a 3% da arrecadação geral;
- 7- Aperfeiçoar o caráter progressivo do IPTU; nesse caso, através de reforma constitucional.

Outra questão fundamental para a sociedade, alvo das inferências do Governo Federal e que foi discutida pelo Diretório Nacional do PT, é a Previdência Social. O PT tirou as seguintes diretrizes, que deverão ser transformadas em propostas para a legislação:

- 1- Manter a aposentadoria por tempo de serviço;
- 2- Manter a diferenciação entre trabalhadores do campo e da cidade;
- 3- Manter as aposentadorias proporcionais; as especiais apenas para aquelas

profissões cujas funções o justifiquem. Tais justificativas continuam sendo a penosidade, a periculosidade e a insalubridade. Fim às aposentadorias especiais de Deputados, Ministros, Juizes, militares, etc.

4- Criação de uma contribuição previdenciária básica de um a dez salários mínimos. Acima de dez viriam as aposentadorias complementares, tanto públicas quanto privadas. A proposta do Governo FHC prioriza a previdência privada. O PT prioriza a previdência pública;

5- Avançar na implantação do conceito de seguridade social, já previsto na Constituição e não regulamentado. O conceito de seguridade é mais amplo. Previdência diz respeito apenas a aposentadorias, seguridade inclui saúde e assistência social, contando com fontes de arrecadação que vão além do recolhimento em folha de pagamento;

6- Administração quadripartite da seguridade social, formada pelo Governo, por empresários, aposentados e trabalhadores da ativa;

7- O PT não acredita nos números da Previdência apresentados pelo Governo. Em função disso, quer que seja feita uma auditoria na Previdência Social para levantar os números verdadeiros.

Aí estão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as propostas concretas do PT para questões que consideramos cruciais para o Brasil. Queremos reformar profundamente o País, mas nos opomos às privatizações neoliberais e à desconstitucionalização dos direitos sociais.

Saindo do plano geral e caindo no específico, não nos causou qualquer surpresa a pesquisa DataFolha publicada no último domingo no jornal "Estado de Minas", apontando a queda de popularidade do Governo Eduardo Azeredo, de 70% para 40%.

O que nos assustou, de fato, foi a matéria no próprio jornal "Estado de Minas", que afirma em seu título: "Governo Azeredo faz 100 dias com saldo positivo". A pesquisa e o próprio início da matéria tornam fácil ver como o saldo não é nada positivo. Diz o texto: "Mesmo sem apresentar medidas de impacto ou completar a composição do segundo e terceiro escalões da administração estadual, o Governador Eduardo Azeredo completará 100 dias à frente do Palácio da Liberdade, no próximo dia 10, criticado apenas pelo PT e pela Central Única dos Trabalhadores - CUT".

Para aqueles que dizem que o Governo ainda está começando, nós do PT temos a dizer que este Governo que está aí é uma continuidade do Governo Hélio Garcia, portanto, estava a par dos acontecimentos e da situação do Estado antes mesmo de tomar posse.

Procede a crítica feita por Oraldo Paiva, Secretário-Geral da CUT. De fato, o que Azeredo está fazendo é seguir os caminhos traçados nacionalmente por Fernando Henrique Cardoso, ou seja, para tentar controlar a economia, deixa-se completamente de lado os trabalhadores e, com isso, estabelece-se um alto custo social. Oraldo Paiva vai além, afirmando, com bastante propriedade, que até mesmo na política salarial os dois se repetem. A primeira atitude de Fernando Henrique Cardoso foi aumentar o salário de Ministros, o dele próprio e o de pessoas de confiança no Governo. Azeredo, na semana passada, naquela vergonhosa votação que tivemos nesta Casa, conseguiu aprovar emenda inconstitucional que dá poder ao Executivo para reajustar de forma diferenciada salários. Serão beneficiados os funcionários de cargos comissionados.

Agora, temos uma outra novidade. Será enviado à Assembléia Legislativa, ainda nesta semana, segundo os jornais, emenda criando novos cargos. O anúncio é do Vice-Governador Walfrido dos Mares Guia. Os cargos, ainda segundo os jornais, são de Secretário-Geral do Governo, com salário de Secretário de Estado, equivalente a R\$6.000,00; Secretário-Executivo da Vice-Governadoria, com salário de R\$4.800,00, equivalente ao vencimento de Secretário-Adjunto; e Chefe de Gabinete do Governador, com salário de R\$1.700,00.

Enquanto o funcionalismo fica à míngua, a dança de cargos e altos salários vai funcionando para os cargos comissionados do Governo. A criação desses novos cargos é uma afronta ao funcionalismo em geral. São os cabides de emprego que vão crescendo.

Mas continuemos analisando esse período do Governo Azeredo. As obras da Fernão Dias - apesar de todas as explicações do Secretário Israel Pinheiro Filho, em sessão altamente concorrida nesta Casa - continuam paralisadas. As empreiteiras vão deixando a obra e nada é feito contra elas; o Secretário diz que elas, em função da medida provisória do Real, não podem ser punidas.

Bem, o que não ficou totalmente esclarecido é o que recebeu e o que realizou cada uma das empreiteiras. Recebemos números que não nos dão a proporcionalidade. Resultado, o Estado pode ter pago a boa parte das empreiteiras mais do que elas realizaram em obras. É dinheiro que deve ser ressarcido aos cofres públicos do Estado. Mas, pelo visto, não há interesse em ter de volta o dinheiro que foi cobrado do cidadão mineiro e que deveria ter sido aplicado em benefício desse mesmo cidadão.

Da mesma forma podemos falar da Mendes Júnior. Menos concorrida que a primeira reunião, a que envolveu o Secretário da Fazenda, João Heraldo Lima, também não trouxe grandes novidades e esclarecimentos. A incoerência está mantida. De um lado, o

discurso da privatização - do Credireal, por exemplo -, de outro, a prática antiga de salvar empresas privadas insolventes, desempenhando o Estado o papel de salvador da pátria, partindo para uma espécie de estatização da Siderúrgica Mendes Júnior.

De fato, estamos vivendo situações bastante contraditórias em nosso Estado. Passemos, então, à criação da Secretaria da Criança e do Adolescente. A votação da última terça-feira, nesta Casa, demonstrou que os Deputados continuam subservientes ao Executivo. A criação da Secretaria teve nosso apoio, porque a consideramos necessária. No entanto, a inclusão de emendas que nada têm a ver com o assunto do projeto é uma prática abominável, completamente antidemocrática e inconstitucional. Uma prática que vem do Governo anterior e que permanece neste Governo, já que ainda não há um Governo Azeredo, mas sim a continuidade do Governo Hélio Garcia.

Considero um absurdo alocar o pessoal da FEBEM na Secretaria de Administração. Da mesma forma, considero desastroso o reajustamento diferenciado de salários para cargos de confiança do Governo, via decreto. Por último e, de fato, catastrófico, lamento a posição adotada pelos Deputados que abriram mão do dever de participar das discussões sobre reajustes salariais do funcionalismo e delegaram tal prerrogativa ao Executivo, que o fará via decreto. Deixamos o Executivo livre. Deixamos o funcionalismo público estadual sem proteção. Eu, como professor licenciado da rede pública, lamento profundamente a atitude, ou melhor, a falta de atitude desta Casa.

Outro assunto que pretendo tratar aqui diz respeito à segurança pública em nosso Estado.

Parece-nos, dadas as devidas proporções, que a população de Minas Gerais está vivendo o clima da Inglaterra e de sua neura com o Exército Republicano Irlandês - IRA. A Capital mineira se transformou em palco de uma verdadeira onda de atentados a bomba. Foram 6 em um período de 45 dias, atingindo seus alvos numa seqüência lógica que requer um verdadeiro estrategista. Agora, tivemos a sétima bomba, que atingiu a guarita de uma escola.

Vamos pensar nos atentados. O primeiro ocorreu no Cine Nazareth-Liberdade, dias após um policial civil ser barrado quando queria dar uma "carteirada" - entrar no cinema sem pagar, apresentando carteira de policial. O segundo, contra a casa do Coronel aposentado da PM Felisberto Egg, dias após ele ter prendido, juntamente com outros policiais militares, um policial civil que entrara em alta velocidade num pátio de um hospital, provocando alvoroço e revolta.

Ocorridos os dois primeiros atentados, começaram os movimentos pedindo apuração dos fatos e punição dos responsáveis. Quem centralizou as discussões foi o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais, em cuja sede ocorreu o terceiro atentado. Ato contínuo, o jornal "Estado de Minas" notificou com estardalhaço a bomba no sindicato e pediu apurações rigorosas. Próximo atentado? Contra o jornal "Estado de Minas".

Nesse instante, a justiça começa a se movimentar. Órgãos de defesa dos direitos humanos e a OAB iniciam um trabalho de denúncia e um movimento de repúdio pela ação terrorista. Motivo suficiente para que os dois próximos alvos fossem o Fórum Lafayette e a sede da OAB, justamente quando acontecia um ato público contra os atentados.

Percebe-se, claramente, uma ligação entre todos os atentados. Mas foi no da OAB que começou a grande farsa. Por ter ido duas vezes ao banheiro minutos antes do último artefato explodir, o tesoureiro da CUT Austen Hamendani Mudado é detido como suspeito, com a presença do próprio Secretário da Segurança Pública. As testemunhas, três outras pessoas que também foram ao banheiro e que, a caminho ou dentro dele, encontraram Austen.

Mas o que determina que uma pessoa seja suspeita e outra testemunha? No episódio, o que se pôde provar é que quatro pessoas foram ao banheiro antes da bomba explodir, portanto, todas estariam nas mesmas condições. Mas a Polícia Civil preferiu considerar o sindicalista suspeito e os funcionários da OAB e um "motorista" testemunhas.

Vejam, senhores. A única testemunha que em seu depoimento disse ter visto Austen com um embrulho ao entrar no banheiro foi o "motorista" Jaime da Cruz Melo, que, por incrível coincidência, é policial civil aposentado. Agora, depois de uma tremenda discussão entre a Bancada do PT e o Secretário Santos Moreira, que esteve a meu pedido na Assembléia Legislativa, a Polícia Civil decidiu considerar o "motorista" suspeito. Além do depoimento omitir que Jaime é policial civil aposentado, ele, ao dar seu endereço, mentiu, o que mudou sua condição dentro do caso.

O mais incrível de toda essa situação é que o Governador Eduardo Azeredo e seu Secretário da Segurança Pública insistem em dizer que o estado democrático não está sendo ameaçado, contrariando todas as evidências. Se o próprio Secretário disse em entrevistas que as ações deveriam estar sendo realizadas por grupos insatisfeitos com sua política, que estes grupos deveriam pertencer à Polícia Civil, que são pessoas que participaram de torturas nos anos difíceis da ditadura e que provavelmente são policiais civis aposentados, já está passando da hora do Sr. Secretário abrir os nomes, deixando de lado a hipocrisia de aceitar armações, como a que ocorreu no caso

da OAB.

Na verdade, nós estamos na expectativa de ver o Governador viajar menos e fazer mais. Do que foi feito até agora, nada de produtivo ficou definido para Minas Gerais. Permanecemos na paralisia dos Governos anteriores. Nada foi feito para minimizar a situação de miséria da população do Norte de Minas; a saúde continua relegada a plano secundário; a habitação não tem projeto e, o que é mais grave, durante o Governo Hélio Garcia não foi construída uma unidade sequer; por último, uma atitude essencial que seria tomada pelo Governo Azeredo foi postergada: a criação das administrações regionais. O Governo não pode abrir mão disso. A saída é a descentralização.

O que vemos em nosso horizonte é o agravamento dos problemas sociais em Minas Gerais. Os mineiros, certamente, merecem coisa melhor. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 4/4/95, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, a Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, e de conformidade com a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.132, de 1995, assinou os seguintes atos relativos a cargos do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria:

exonerando, a partir de 17/4/95, Gérson de Castro Filho do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, com exercício no gabinete do Deputado Álvaro Antônio;

exonerando, a partir de 17/4/95, André Luiz de Oliveira Leite do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, com exercício no gabinete do Deputado Álvaro Antônio;

exonerando, a partir de 17/4/95, Natanael Vítor de Alcântara do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, com exercício no gabinete do Deputado Álvaro Antônio;

nomeando André Luiz de Oliveira Leite para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, com exercício no gabinete do Deputado Álvaro Antônio;

nomeando Natanael Vítor de Alcântara para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Auxiliar de Gabinete, padrão AL-13, com exercício no gabinete do Deputado Álvaro Antônio;

nomeando Mara Lúcia Duarte Oliveira para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Atendente de Gabinete, padrão AL-05, com exercício no gabinete do Deputado Álvaro Antônio.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, e 1.189, de 22/2/95, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou o seguinte ato relativo a cargo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

nomeando Gérson de Castro Filho para o cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Deputado Álvaro Antônio, Presidente da Comissão de Política Energética, Hídrica e Minerária.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral desta Secretaria, c/c a Lei nº 8.443, de 6/10/83, as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.090, de 29/12/90, e 5.132, de 1º/6/83, o Parecer nº 2.524/91, da Procuradoria-Geral da Casa, e tendo em vista o disposto na alínea "a" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, a partir de 22/3/95, a servidora Maria Francisca Teixeira Botelho, ocupante do cargo de Agente Parlamentar, do Quadro Suplementar da mesma Secretaria.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral desta Secretaria, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.132, de 1º/6/93, e tendo em vista o disposto na alínea "c" do inciso III do art. 36 da

Constituição do Estado, assinou os seguintes atos:

aposentando, a pedido, a partir de 20/3/95, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, o servidor Sebastião Alvim Barroso, ocupante do cargo de Oficial de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria;

aposentando, a pedido, a partir de 22/3/95, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a servidora Ana Lúcia Aguiar Pacheco, ocupante do cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral desta Secretaria, c/c a Resolução nº 5.086, de 31/8/90, e tendo em vista o disposto na alínea "c" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a servidora Alaíde Inah González, ocupante do cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria - Consultor - , do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria.

AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços nº 4/95

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 3/5/95, às 16 horas, na Rua Rodrigues Caldas, 79, 14º andar, Bairro Santo Agostinho, na sala de reuniões da Gerência-Geral de Material e Patrimônio, a Tomada de Preços nº 4/95, para aquisição de 7.200 resmas de papel A-4 75g/m2.

O edital e outras informações poderão ser obtidos no endereço acima, das 8 às 18 horas, até o dia 2/5/95.

Belo Horizonte, 12 de abril de 1995.

Dalmir de Jesus, Diretor-Geral.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA ANUAL DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO LEGISLATIVO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - IPLEMG -, REALIZADA NO DIA 30 DE MARÇO DE 1995

Às nove horas e trinta minutos do dia trinta de março de mil novecentos e noventa e cinco, na sede do IPLEMG, à R. Dias Adorno, 367, 2º andar, reúnem-se em Assembléia Geral Ordinária os contribuintes do IPLEMG constantes na lista de presenças assinada, atendendo à convocação, por edital publicado no "Diário do Legislativo" de 22/3/95, para deliberar sobre a ordem do dia nele constante, ou seja: a) tomar conhecimento, examinar e aprovar as contas e o relatório da diretoria sobre a situação do Instituto no exercício de 1994 (art. 15, I); b) eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Deliberativo (art. 15, II, "a"); c) eleger a diretoria (art. 15, II, "b"); d) eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal (art. 15, II, "c"). O Dr. Gerardo Renault, Presidente do IPLEMG, cumprindo o disposto no art. 23, II, da lei orgânica da autarquia, declara aberta a reunião da Assembléia Geral, em primeira convocação, para as finalidades previstas no art. 6º, I, do Regimento Interno da Assembléia Geral. Em seguida, verificando, pela lista de presença, a inexistência do "quorum" estabelecido no art. 3º, suspende a reunião pelo prazo de 1 hora, fazendo em seguida uma segunda convocação. Decorrido o prazo estabelecido no art. 3º do Regimento Interno da Assembléia Geral, o Sr. Presidente reabre a reunião, em segunda convocação, com a presença de 83 associados, constantes na lista de presença naquele momento, e declara instalados os trabalhos da Assembléia Geral. Ato contínuo, convida o associado Edgard Vasconcelos Barros para presidir a Assembléia Geral, uma vez que, como candidato à reeleição, julga-se impedido, em face do objetivo da convocação. O Sr. Edgard Vasconcelos assume a Presidência e informa aos associados que o parecer, a prestação de contas e o relatório da diretoria relativos ao exercício de 1994 foram aprovados pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho Deliberativo do IPLEMG. Solicita à Secretária que proceda à leitura do parecer do Conselho Fiscal, que, submetido a discussão e votação, é aprovado por unanimidade. Passa a palavra ao Presidente Gerardo Renault para fazer a exposição do seu relatório. O Dr. Gerardo Renault faz ampla e detalhada explanação, mostrando aos associados a situação financeira e patrimonial do Instituto, com demonstrativos até fevereiro de 1995, balanço anual do exercício de 1994, boletins financeiros e gráficos demonstrativos comparando a situação de 1994 do Instituto com relação à de 1993. Toda documentação e o relatório foram distribuídos aos associados presentes, que acompanharam a leitura do Sr. Presidente. O Sr. Presidente esclarece aos associados que, no mês de dezembro de 1994, fez constar no balanço o cálculo atuarial que determinou o valor da Reserva de Benefícios a Conceder, que se refere aos Deputados da atual legislatura, com direito futuro ao benefícios. No ano anterior, já havia sido demonstrado que a Reserva de Benefícios Concedidos está completamente realizada. Não fosse a inclusão, em balanço, da Reserva de Benefício a Conceder, despesas futuras, portanto, o IPLEMG apresentaria um superávit técnico contábil, conforme demonstram os gráficos apresentados e os demonstrativos anexos. Comunica, também, em face das propostas do Governo no que se refere às reformas no capítulo da Previdência Social, que a Diretoria do IPLEMG mantém constantemente contatos em Brasília com Deputados Federais associados do Instituto, bem como com advogado designado pela Assembléia e pelo Instituto,

especialmente para acompanhar a reforma da Previdência. Lembra aos associados do Instituto que é lamentável que se critique a aposentadoria do parlamentar quando ela existe em todos os países de regime democrático, que ela se dá na proporcionalidade do tempo de mandato eletivo, após contribuição obrigatória, para constituir a sua reserva de benefícios. Termina a exposição do seu relatório agradecendo à diretoria, à Mesa da Assembléia e aos funcionários do IPLEMG, ressaltando a dedicação de todos os servidores. Em seguida, o associado Luiz Vicente Calicchio submete à aprovação da Assembléia Geral uma moção de aplauso ao Presidente Gerardo Renault pelo excelente trabalho que vem realizando à frente do Instituto, com dinamismo e seriedade, transmitindo a todos os associados a tranqüilidade em que o IPLEMG hoje se encontra, de sólida posição, bem estruturado econômica e financeiramente. Em seguida, o Sr. Presidente da Assembléia Geral, Edgard Vasconcelos, submete a discussão o relatório e a prestação de contas da diretoria referentes ao exercício de 1994, que, postos em votação, são aprovados na íntegra, sem restrições, por unanimidade. Após a aprovação, felicita a diretoria do Instituto por ter uma estrutura previdenciária eminentemente dinâmica, que dá uma tranqüilidade enorme aos seus associados. Logo após, o Sr. Presidente passa à 2ª parte da pauta, que se destina à eleição da Diretoria, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal para o biênio março de 1995 - março de 1997. Na condição de Presidente, nomeia os associados Narciso Michelli e Hélio Resende para as funções de escrutinadores. Comunica que foi registrada uma única chapa para concorrer às eleições, encabeçada pelo associado Gerardo Renault. Solicita à Secretária que proceda à leitura dos nomes constantes na chapa completa, para conhecimento dos presentes, de acordo com o respectivo termo de registro. Concluída a leitura da chapa, a Presidência esclarece que a eleição dar-se-á por escrutínio secreto e solicita aos contribuintes que assinem a lista de presença à medida que forem exercendo o direito de voto. Esclarece ainda que a escolha dos futuros dirigentes do IPLEMG se fará mediante cédula única, na qual constam todos os nomes dos candidatos - efetivos e suplentes - à Diretoria, ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal. Determina em seguida o exame e o laço da urna na qual deverão ser depositadas as cédulas, informando que o prazo para votação se encerrará às 17 horas. Encerrado o processo de votação, o Sr. Presidente solicita aos escrutinadores que confirmem o número de cédulas encontradas na urna com o número de associados que assinaram a lista. Aberta a urna e contadas as cédulas depositadas, verifica-se que votaram 83 associados, número este que confere com o de assinaturas da lista de presença. Apurados os votos, constata-se que foram dados 83 votos para o candidato Gerardo Renault. Em seguida, a Presidência proclama eleita a chapa encabeçada pelo associado Gerardo Renault. Feita a proclamação, a Presidência declara empossados os seguintes eleitos nos seus respectivos cargos: Presidente: Gerardo Renault; Vice-Presidente: Joaquim Roberto Leão Borges; Diretor Financeiro: João Araújo Ferraz; Vice-Diretor Financeiro: Narciso Michelli. Conselho Deliberativo - Efetivos: Deputado Bené Guedes, Deputado Bonifácio Mourão, Deputado Clêuber Carneiro, Euclides Cintra, Emílio Gallo, Maria Helena Albergaria, José Laviola Matos, Mário Hugo Ladeira, Deputado Péricles Ferreira e Deputado Romeu Queiroz. Suplentes: Anthero Rocha, Edgard Vasconcelos, Deputado Irani Barbosa, Lourival Brasil, Deputado João Batista de Oliveira, Roberto Luiz Soares, Ronaldo Canedo, Deputado Ronaldo Vasconcellos, Deputado Sebastião Helvécio e Valdir Melgaço. Conselho Fiscal - Domingos Lanna, João Navarro e Néelson Lombardi; suplentes: Jésus Trindade Barreto, Hélio Resende e Mário Pacheco. Uma vez empossados os eleitos, o Sr. Presidente transmite a Presidência da Assembléia Geral ao Presidente do IPLEMG, Gerardo Renault, passando-lhe a palavra. O Presidente eleito discursa, agradecendo a todos o apoio e a confiança nele depositada. A seguir, declara encerrada a Assembléia Geral, e, para constar, eu, Elisa Maria Gomes Queiroz Machado, Secretária "ad hoc", lavrei esta ata, que assino e também vai assinada pelos componentes da Mesa que dirigiu os trabalhos e por quem mais o desejar.

ERRATA

PARECER SOBRE PROCESSOS DE LEGITIMAÇÃO DE TERRAS DEVOLUTAS EM ZONA URBANA OU DE EXPANSÃO URBANA A QUE SE REFERE A MENSAGEM N° 460/94, QUE ENCAMINHA O PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 190/95

Na publicação do parecer em epígrafe, verificada na edição de 12/4/95, na pág. 20, col. 4, onde se lê:

"**PROJETO DE RESOLUÇÃO N°**", leia-se:

"PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 190/95".
